

A Produção do Conhecimento Geográfico

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-79-6
DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP | |
| <i>Gustavo da Silva Diniz</i> <i>Auro Aparecido Mendes</i> | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO | |
| <i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i> | |
| CAPÍTULO 3 | 43 |
| ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO? | |
| <i>Mariano de Matos Macedo</i> <i>Wilhelm Milward Meiners</i> | |
| CAPÍTULO 4 | 53 |
| GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS | |
| <i>Antônio Hot Pereira de Faria</i> <i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i> <i>Alexandre Magno Alves Diniz</i> <i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i> | |
| CAPÍTULO 5 | 68 |
| O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO | |
| <i>Nacelice Barbosa Freitas</i> | |
| CAPÍTULO 6 | 79 |
| TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA | |
| <i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i> <i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i> | |
| CAPÍTULO 7 | 89 |
| A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO | |
| <i>Romerito Valeriano da Silva</i> <i>Daniela Martins Cunha</i> | |
| CAPÍTULO 8 | 101 |
| MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE | |
| <i>Jania Maria de Paula</i> | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 9 | 110 |
| REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL | |
| <i>Alex Dias de Jesus</i> | |
| CAPÍTULO 10 | 120 |
| TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG | |
| <i>Luís Henrique Silva Ferreira</i> | |
| <i>Andressa Virgínia de Faria</i> | |
| <i>André Francisco de Brito Leite</i> | |
| CAPÍTULO 11 | 136 |
| A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL | |
| <i>Eduardo Fernandes Marcusso</i> | |
| CAPÍTULO 12 | 147 |
| EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL | |
| <i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i> | |
| <i>Neir Antunes Paes</i> | |
| CAPÍTULO 13 | 157 |
| GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS | |
| <i>José Elías Pinheiro Neto</i> | |
| <i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i> | |
| CAPÍTULO 14 | 167 |
| GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES | |
| <i>Sergio Flores de Campos</i> | |
| CAPÍTULO 15 | 179 |
| MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA | |
| <i>Adriano Severo Figueiró</i> | |
| CAPÍTULO 16 | 195 |
| PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS | |
| <i>Vanda de Claudino-Sales</i> | |
| CAPÍTULO 17 | 206 |
| UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO | |
| <i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i> | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 18 | 216 |
| PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014 | |
| <i>Rafael Andrés Urrego Posada</i> | |
| <i>Maria Carolina Tomás</i> | |
| <i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i> | |
| CAPÍTULO 19 | 230 |
| ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA | |
| <i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i> | |
| CAPÍTULO 20 | 240 |
| NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA | |
| <i>José Sobreiro Filho</i> | |
| CAPÍTULO 21 | 251 |
| O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA | |
| <i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i> | |
| <i>Sylvio Fausto Gil Filho</i> | |
| CAPÍTULO 22 | 262 |
| O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA | |
| <i>Denis Rilk Malaquias</i> | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 273 |

MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA

Adriano Severo Figueiró

Grupo de Pesquisa em Patrimônio Natural,
Geoconservação e Gestão da Água – PANGEA
UFSM – Departamento de Geociências
Santa Maria -RS

RESUMO: Embora o conceito de paisagem tenha se constituído historicamente como uma das categorias centrais da análise geográfica, a sua discussão pouco tem avançado para além da geometria espacial produzida pela antropização da natureza. Neste texto buscamos compreender os processos metabólicos de produção deste arranjo estrutural, situando sua gênese nos mecanismos co-adaptativos que estruturam as paisagens geo-bio-culturais ao longo do tempo histórico, nos quais a memória, o afeto e a identidade (ou sua ausência) representam parte fundamental na transformação (ou na resistência a ela) da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, Pampa, Coevolução

ABSTRACT: Although the concept of landscape has historically constituted one of the central categories of geographic analysis, its discussion has advanced very little beyond the spatial geometry produced by the anthropization of nature. In this paper we seek to understand the metabolic processes of production of this

structural arrangement, situating its genesis in the co-adaptive mechanisms that structure the geo-bio-cultural landscapes throughout historical time, in which memory, affection and identity (or their absence) represent a fundamental part in the transformation (or resistance to it) of the landscape.

KEY-WORD: Landscape, Pampa, Coevolution

(RE) CONHECENDO AS PROPRIEDADES DE RESILIÊNCIA DA PAISAGEM

Uma paisagem é mais do que um agregado de elementos naturais e antrópicos que se manifesta em determinada porção do espaço. A manifestação fisionômica de uma paisagem é apenas a projeção visível de uma teia de relações naturais e socioculturais que condicionam a forma de organização sistêmica de uns elementos em relação aos outros; ou seja, a arquitetura estrutural a partir da qual a paisagem desempenha suas funcionalidades (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991) e estabelece seus mecanismos de auto-regulação e resiliência.

A paisagem é, portanto, composta tanto de formas visíveis, duráveis, que lhe conferem certa estabilidade temporal, quanto de uma trama parcialmente invisível das estruturas naturais e sociais que garantem o seu funcionamento

dinâmico. Estabelece-se, assim, uma verdadeira dialética do espaço (FIGUEIRÓ, 2014) onde, de um lado, as formas da natureza podem condicionar as alternativas de organização do território, mas, por outro lado, as transformações constantes de tais alternativas tendem a criar sempre novas necessidades, sugerem novas formas e redefinem os valores da paisagem visível (LEITE, 2006). Assim, a organização espacial da paisagem, para além de imprimir uma dinâmica histórica de uso, é, também, definidora das práticas sociais e balizadora das formas de pensamento que estruturam o mundo cognitivo, resultando naquilo que Campelo (2013) define como uma “gramática do espaço”.

Neste processo de influência recíproca entre a natureza e a sociedade, a estrutura da paisagem (e, conseqüentemente, sua funcionalidade associada), responde a “chaves” de controle não necessariamente visíveis no espaço, sintonizadas com a qualidade e a intensidade da energia dominante no tempo atual ou pretérito. Considerando que a mudança das estruturas (aquilo que MUÑOZ, 1998, denomina de “passagem estrutural”), devido aos seus mecanismos internos de resistência (naturais e culturais), responde de forma mais lenta do que a mudança das energias externas, as paisagens, em muitos casos, refletem energias já extintas, mas ainda não superadas pelos novos condicionantes que se instalam em um tempo recente.

Há, neste caso, uma nítida desconexão temporal entre o fenossistema paisagístico e o fluxo de energia que sobre ele incide no momento presente; esta desconexão será tanto maior quanto menor for a capacidade de auto-regulação do sistema paisagístico, já que a inércia homeostática acrescenta resistência à recuperação e reduz a “sensibilidade” da paisagem para responder às flutuações das energias de retorno (BRUNSDEN; THORNES, 1979).

A este retardo no tempo de retorno das funcionalidades, mesmo na ausência das energias que produziram a perda da estabilidade, definimos como uma “histerese” da paisagem, ou seja, a capacidade de a paisagem preservar uma deformação da sua estrutura original mesmo depois de extintas as forças que a produziram (THOMAS e ALLISON, 1993).

Em outros casos a propriedade de elasticidade do sistema da paisagem acelera os processos de restauração estrutural logo após o esgotamento de uma dada energia que a transformou, desde que não estejam rompidos os limites de resiliência desta paisagem (figura 1), configurando aquilo que Romero e Jiménez (2002) definem como “passagem estrutural com inércia”, ou seja, uma transformação fenossistêmica condicionada à duração da energia que a produziu, tal como acontece nas paisagens do Pampa sul-americano.

Neste bioma, a estrutura paisagística é mantida graças à permanente ação da atividade humana tradicional, representada pela pecuária extensiva (figura 2). Não seria exagerado, portanto, afirmarmos que, se a eliminação da energia antrópica, por um lado, poderia representar o retorno às estruturas paisagísticas pré-holocênicas, por outro, significaria, por certo, o fim do Pampa tal como o conhecemos e valorizamos (ZARTH

e GERHARDT, 2009). Este aparente paradoxo (o da necessidade de mantermos um grau de perturbação para “conservarmos” a paisagem) coloca em xeque até mesmo o conceito de conservação desenvolvido no Brasil à luz da preservação integral das estruturas naturais, com total eliminação de qualquer ação humana.

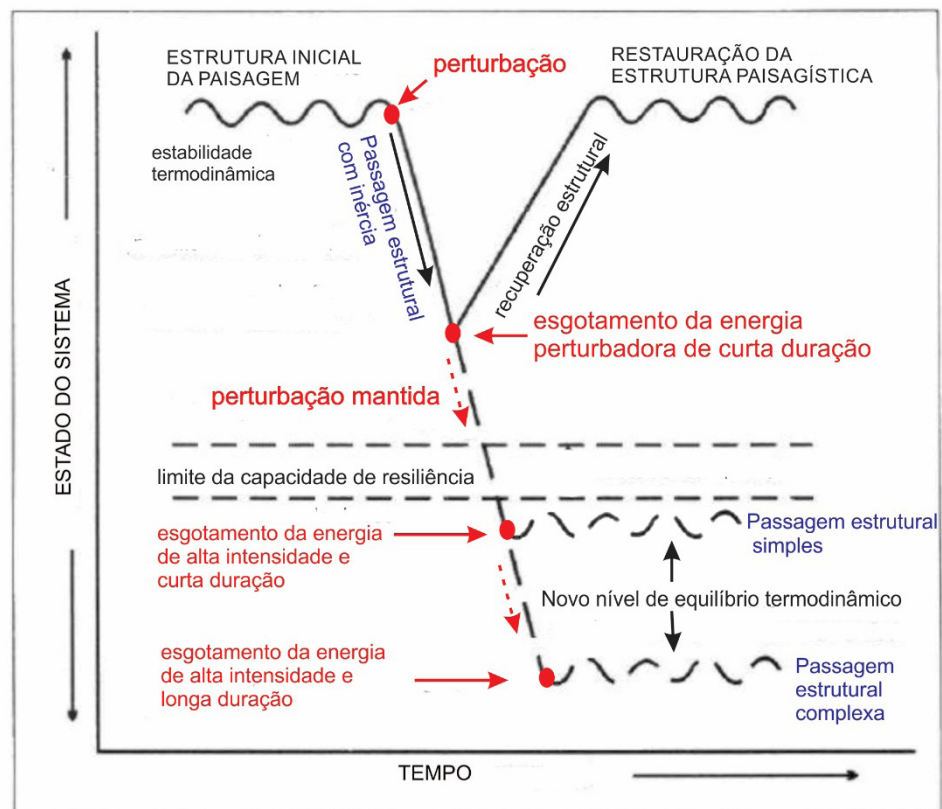


Figura 1- Esquema de transformação estrutural de uma paisagem em função do grau de energia que atua sobre ela

Fonte: Adaptado de Romero e Jiménez (2002)

Assim, se a introdução de cultivos de árvores exóticas no Pampa representa um novo e exógeno impulso de perturbação, com a ruptura do metaequilíbrio pecuarista em direção a um próximo estado paisagístico, a ação da pecuária tradicional (e toda a base cultural estabelecida por ela no território) representa, por sua vez, uma importante propriedade de resistência deste sistema paisagístico, oferecendo a inércia necessária para evitar as passagens estruturais permanentes, nas quais o esgaçamento das propriedades paisagísticas anteriores definiria a irreversibilidade das perdas do patrimônio natural e do patrimônio cultural a ele associado.

Sistemas paisagísticos que tenham as suas mudanças estruturais conectadas à passagem com inércia não estão ligados apenas a níveis mais superficiais de perturbação, mas, principalmente, a dinâmicas mais complexas de auto-organização, o que acelera em muito os patamares de recuperação homeostática. É exatamente esta a característica que nos permite afirmar que as paisagens mais complexas se afastam do comportamento determinístico-linear para se definirem em função do jogo

de forças dialéticas que controla as mudanças de estado do sistema.



Figura 2- O Pampa sul-americano representa uma paisagem cuja histerese depende, fundamentalmente, da ação humana por meio da pecuária extensiva. A ausência desta energia antrópica, como no caso das áreas protegidas da ação do gado, tanto no interior do Parque Estadual do Espinilho (a esquerda), como nas margens das rodovias (a direita, no primeiro plano), demonstra que a sucessão ecológica natural dá origem a uma estrutura arbustivo-arbórea incompatível com a estrutura e a funcionalidade das paisagens pampeanas que se busca preservar.

Fonte: Imagens do autor.

Essa condição coloca a qualquer observador um desafio muito maior do que o simples registro do campo visual, levando-nos a concordar com Bertrand e Bertrand (2002), quando afirmam que “*não basta, de fato, olhar uma paisagem. É preciso aprender a lê-la, resituando-a no espaço e no tempo*” (p.314).

Diante do exposto, percebe-se que, enquanto construto dialético, o estado da paisagem é a síntese das forças naturais e sócio-econômicas que se confrontam no espaço em cada porção do tempo, permitindo-nos compreender e valorizar o processo à forma. Novamente são Bertrand e Bertrand (2002) que nos alertam para o fato de que a paisagem não é “(...) *nem natural, nem artificial, mas híbrida, a paisagem não é estática. Ela só dura se a usamos (...)*” (p.251).

A paisagem, portanto, transcende à sua própria geometria, desdobrando-se numa indissociável e dialética (porquanto conflituosa) bi dimensionalidade, a dimensão da paisagem como objeto e a da paisagem como sujeito. A primeira nos remete à materialidade da paisagem-território (ROMERO e JIMÉNEZ, 2002), o espaço de um sistema de natureza termodinâmica, apropriado e transformado pelos homens em um tempo histórico, com graus variados de estabilidade e entropia (FIGUEIRÓ, 2012).

Já a dimensão da paisagem como sujeito retrata a construção cultural e, portanto, inter-subjetiva, que reflete a carga emocional derivada dos processos adaptativos que estes agrupamentos humanos produzem ao longo do tempo. A estética da natureza e a estética da cultura são, assim, indissociáveis na paisagem cultural daí derivada.

No entanto, falamos de uma paisagem cultural não apenas no sentido proposto por Sauer (2004) - de que a paisagem nasce do agir humano sobre a terra - retratada na clássica afirmação de Monbeig (2004), de que a paisagem é o “espelho de uma

civilização”, mas no sentido mesmo de que a paisagem é o agente de transformação da cultura ou, como afirma Campelo (2013), “*elemento dialógico na identidade cultural da comunidade que a interpreta e pratica, integrando a experiência enquanto conhecimento imaginativo e fecundo*” (p.25).

Isso nos permite afirmar que um território “*só se torna paisagem através do cruzamento de olhares múltiplos, a partir de fenômenos sensoriais e cognitivos compartilhados*” (BERTRAND e BERTRAND, 2002, p.290). Assim, a paisagem, entendida como uma articulação entre a natureza e a cultura no tempo histórico, repousa sobre uma estrutura espacial, mas é, ao mesmo tempo, nutrida e nutridora de representações, imagens e sentidos que se constrói sobre o território (CANTERO, 2004).

Contra o paradigma da perda, do (des)envolvimento homogeneizador, ergue-se aí o paradigma da resistência, do envolvimento, ou melhor, do coenvolvimento entre as comunidades e sua natureza, naquilo que Hong (2014) denomina de paisagens bio-culturais, ou seja, a resultante histórica do processo de domesticação da natureza pela cultura e da adaptação/domesticação da cultura pela diversidade da natureza disponível em cada paisagem.

Por outro lado, se levamos em conta que a diversidade biológica sobre a qual os homens desenvolvem e sustentam sua cultura responde de forma mediada à diversidade climática e geológico-geomorfológica do território (FIGUEIRÓ *et al*, 2013), podemos expandir o conceito de Hong (2014), para falarmos em paisagens geo-bio-culturais, tal como proposto por Figueiró (2012_a) (figura 3), representando uma paisagem onde o conhecimento e o uso sustentável do patrimônio natural ao longo da história molda uma cultura e estabelece as bases para uma ocupação racional e sustentável da terra, baseada numa identidade entre a natureza e a sociedade que dela usufrui e com a qual interage. Esta é a base para aquilo que Maturana e Varela (2001) definem como “*acoplamento estrutural*”, ou seja, um processo de interação recorrente entre os indivíduos e seu meio que promove, por meio do conhecimento, um mecanismo de mútua adaptação e transformação das estruturas sistêmicas.

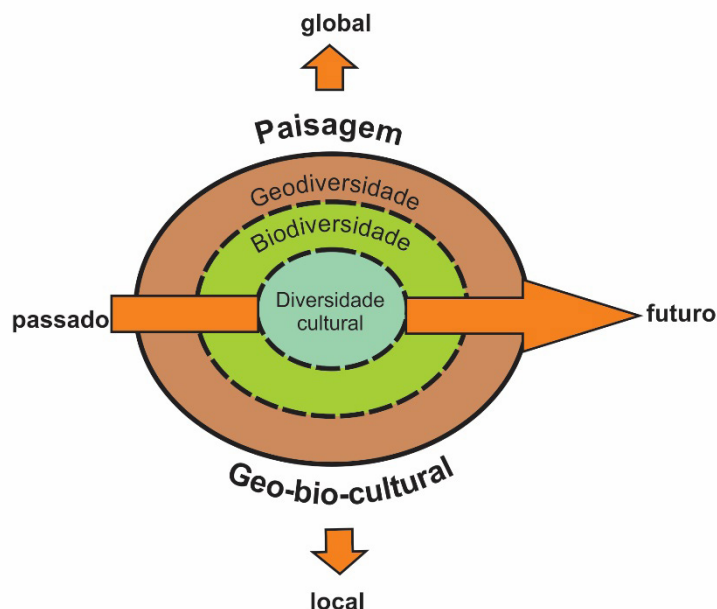


Figura 3- Representação esquemática da paisagem Geo-bio-cultural, na interface dos processos coadaptativos entre a sociedade e a natureza, em diferentes escalas de espaço e de tempo.

Fonte: Adaptado de Makhzoumi et al (2012)

A paisagem, nestas condições, assume uma centralidade na interpretação das culturas, conectando a partir de uma perspectiva integrativa o passado, o presente e o futuro, numa relação dialógica entre o global e o local, o quê, no caso do Pampa, nos permite reconceituar o próprio território, não apenas pelas suas delimitações geográficas, mas “a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem entre paisagens, mulheres, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida ‘campeiro” (RIETH, 2013, p.6).

Ao resgatarmos o conceito de uma gênese geo-bio-cultural, resituamos a cultura no espaço e resignificamos o sentido da inteligência coletiva humana, não mais com a pretensão antropocêntrica de quem transforma a natureza de acordo com sua capacidade cognitiva e conforme as necessidades do tempo histórico, mas como um conjunto de expressões que evoluem a partir das relações afetivas e colaborativas que se estabelecem entre os elementos vivos da paisagem e que promovem a transformação do fenossistema no tempo e no ritmo destas interações.

UM (PRÉ) TEXTO PARA PENSAR AS PAISAGENS GEO-BIO-CULTURAIS

Do ponto de vista estritamente ecológico, chamamos de domesticação ao processo pelo qual uma população de uma determinada espécie animal ou vegetal perde, adquire ou desenvolve, e transfere hereditariamente, certos aspectos morfológicos, fisiológicos ou de comportamento como resultado de um longo processo de interação e seleção artificial por grupos humanos (PRICE, 1984).

Entendemos como equivocada esta classificação por partir de um pressuposto

hierárquico e unidirecional que considera apenas a dependência que as espécies não humanas desenvolvem por quem as domestica, sem ao menos levar em conta as relações de reciprocidade geradas na domesticação, o que poderia nos levar a considerar, ao menos, e ainda sob uma perspectiva estritamente ecológica, a domesticação como um processo de protocooperação, onde ambas as espécies se beneficiam das associações mais ou menos duradouras que estabelecem entre si.

Esta leitura estritamente ecológica expõe a ética antropocêntrica herdada da modernidade cartesiana que, ao tratar a humanidade como uma criação de antinatureza (FERRY, 2009), interpreta sempre os homens como os grandes protagonistas da emergência do mundo, atribuindo-lhes características supostamente inexistentes em qualquer outra espécie viva.

Para reforçar a defesa desta supremacia do homem sobre todos os outros seres, com base na capacidade humana de “se aperfeiçoar” a partir do processo sistemático de desnaturação, Rousseau (1999) argumenta que, ao contrário dos homens, “ (...) *um animal é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos*” (p. 65). A capacidade de se transformar, portanto, seria uma característica afeta apenas àqueles sobre os quais recai a liberdade e o direito da escolha.

Mesmo que consideremos que as ideias originais do filósofo genebrino do século XVIII estivessem focadas no exercício pleno da capacidade humana, e não propriamente nas origens e interações daí decorrentes, todo o pensamento posterior que estas ideias sustentaram (e continuam a sustentar em grande parte até hoje) nos mais diferentes campos das ciências humanas, ignora, por certo, uma questão central para repensar a noção de desenvolvimento e estabilidade no mundo caótico em que vivemos: os processos adaptativos fazem com que todos os seres em interação se modifiquem constantemente e de forma relacional em busca de melhores condições de vida.

Quando alargamos esta interpretação coevolutiva para as relações dos homens com a natureza, se retiramos a barreira filosófica moderna da desnaturação humana, somos capazes de perceber com maior clareza a reciprocidade existente nas adaptações humanas que derivam das mudanças evolutivas de plantas e animais que se submetem ao processo de domesticação.

Dois exemplos claros de domesticação ligados à identidade das paisagens do Pampa Sul-americano nos permitem desconstruir esta lógica hierárquica e unidirecional da interpretação antropocêntrica do mundo e recoloca-la em uma perspectiva de mão dupla: ao domesticar o cachorro e o cavalo, os seres humanos também foram, de certa forma, domesticados, já que sofreram profundas mudanças na sua sensibilidade, como decorrência do agir do outro. E, ao domesticarem e serem domesticados, homens, cachorros e cavalos domesticaram o espaço das pradarias sul-americanas na construção de uma paisagem. O manejo do gado proporcionado pela parceria interespecífica desencadeou um longo processo de seleção e especialização

de plantas, as quais passam a definir e condicionar particulares fluxos de ar, água e sedimentos que imprimem no espaço as marcas iniciais da ação do homem em interação com a natureza.

Quando o espaço é domesticado, a paisagem passa a ser ingrediente fundamental de coesão dos grupos humanos que a habitam, reforçando os mecanismos de resiliência e garantindo condições de estabilidade. O amálgama que a paisagem representa “toma parte das qualidades peculiares de um povo, integrando-lhe o caráter, o modo de ser, como em “ser gaúcho”, ou “ser pampiano” (...)” (MENEGAT, 2008).

Por ser um ecossistema aberto, com pequenas variações topográficas e dominância herbáceo-arbustiva sobre solos com grandes limitações para o aproveitamento agrícola, o Pampa tem se caracterizado, desde o século XVIII, pela presença da pecuária extensiva em áreas de médias e grandes propriedades.

Longe dos impactos normalmente gerados pela introdução de espécies exóticas, a chegada dos bovinos nas paisagens pampeanas desencadeou a retomada de uma dinâmica ecológica interrompida quando do desaparecimento dos grandes pastadores sul-americanos ao final do Pleistoceno (ZARTH e GERHARDT, 2009). A análise do fenossistema anterior à ocupação pecuária, demonstrava a dificuldade em descobrir “... *uma só milha quadrada em que não encontrasse na paisagem um grupo de árvores ou uma parte florestal...*” (LINDMAN e FERRI, 1974, p.25). Após a introdução generalizada da pecuária no Pampa, a paisagem foi transformada de forma significativa, mas no sentido de retorno ao metaestado do final do Pleistoceno, cuja estrutura fisionômica respondia a um ambiente mais seco.

Para Brailovsky (2006), o gado passa a ser o grande responsável pelas alterações fitofisionômicas que hoje nos levam a identificar o Pampa como uma pradaria climaticamente inconforme com o clima subtropical úmido onde se localiza.

A vegetação dos altos arbustos ressecados vai sendo substituída pelos pastos mais finos na medida em que a presença do gado acelera o ciclo do nitrogênio. O esterco de milhões de vacas e cavalos transforma o solo e permite o crescimento dos pastos que hoje conhecemos (BRAILOVSKY, 2006, p. 148).

Percebe-se assim que a principal marca que define a paisagem do Pampa como uma construção histórica e cultural não é nem mesmo o aparato cultural humano representado pela vestimenta, gastronomia e músicas típicas, mas sim a relação homem-animal-plantas, já que os aparatos humanos retratam apenas uma estratégia adaptativa ao modo de vida pampiano imposto pela pecuária em grandes áreas despovoadas de campo.

Em outras palavras, podemos afirmar que os animais e a paisagem domesticaram os homens, tanto quanto estes subordinaram aqueles aos seus próprios interesses. Nas palavras de Menegat (2008), “*o processo de domesticação não é outro senão a transferência do DNA do lugar à cultura, e vice-versa, de modo que ambos se pertençam. Isto é, ao ver a paisagem, logo identificamos o personagem que a habita, e, ao ver este, de imediato pensamos na paisagem*” (p.03).

Nas condições em que se construiu esta paisagem geo-bio-cultural, a presença de cavalos e cachorros, como auxiliares no manejo do gado, representou uma condição indispensável à manutenção da atividade rural, tal como já acontecia há cerca de 4.500-5.000 anos nas estepes euro-asiáticas, quando o cavalo foi domesticado (KUZMINA, 2003).

Constantemente a literatura nos informa que os cavalos representam uma das raras espécies dentre as 148 de grandes mamíferos herbívoros terrestres que “passaram no teste” da domesticação (DIAMOND, 2009) e que isso foi especialmente possível devido à estrutura social desta espécie que, em ambiente selvagem, vive em bando e se comporta de forma a respeitar as hierarquias internas existentes. *“Esta estrutura social é ideal para a domesticação, porque os humanos, na verdade, assumem o controle da hierarquia de dominação”* (DIAMOND, 2009, p.173). Todavia, não seria correto pensarmos que, ao observar e estudar a estrutura social dos cavalos selvagens, os homens das estepes asiáticas também aprenderam questões que podem ter lhes sido muito úteis no rigor daquelas paisagens, sobre como viver em grupo e respeitar hierarquias?

Mais do que isso, se analisamos a forma como até os dias atuais, nas paisagens do Pampa, os homens se dedicam a “domar” os cavalos (figura 4), não nos ocorre a compreensão de que a proximidade e o afeto envolvidos na relação entre o homem e o animal transformam a ambos? E se isso é verdade, estaríamos equivocados ao afirmar que nestes mais de quatro mil anos de convivência e confiança mútua, os homens domesticaram os cavalos tanto quanto foram por eles domesticados? Uma poesia bastante conhecida no Rio Grande do Sul parece responder ao questionamento feito:

Quem sou eu sem meu cavalo

O que será dele sem mim

Talvez dois seres perdidos

A vagar pelo capim.

Quem sou eu sem meu cavalo

O que será dele sem mim

Porque quando morre um cavalo

Morre um pedaço de mim.

Nunca se monta num potro

Sem antes amanuncia-lo

Parceiro a gente conquista

Não prende a força de pealo.

Tem que respeitar o amigo

Que nos serve de regalo
até nossa independência.
Um gaúcho sem cavalo
É um arreio sem estribo
É igual a um pajé solito
Sentindo a falta da tribo.
É mutante sem destino
Que não acha lenitivo
É um ser sem ideal
Que não honra o chão nativo.

(“O gaúcho e o cavalo”- Os Monarcas, *apud* RIETH, 2013, p.239)



Figura 4- Aspecto da “doma indígena” realizada nas paisagens do Pampa, onde cavalo e cavaleiro, por um processo de mútuo reconhecimento e aproximação, criam uma identidade cultural que transcende à mecânica clássica da dominação da natureza.

Fonte: Szymon Kocharński / CC BY ND

A interação entre os seres vivos e entre estes e o conjunto dos elementos e dinâmicas abióticas no processo de construção e transformação da paisagem ao longo do tempo gera, por certo, um acúmulo de memórias de interação, uma memória que, como nos lembram Toledo e Barrera-Bassols (2015), não é exclusivamente cognitiva mas, também, genética e linguística, expressando-se na variedade de genes, línguas e saberes que atravessam a estrutura de cada paisagem e produzem a sua singularidade.

É inevitável que o pensamento derivado do cartesianismo científico,

autojustificado, autodependente e assentado exclusivamente em nossa capacidade racional de interpretação dos “mecanismos” da natureza, nos remeta à conclusão de que nada temos a aprender com a natureza, mas sim sobre ela. Todavia, a análise do comportamento humano ao longo da história, demonstra um inquestionável processo de aprendizado dos homens com os demais seres vivos a partir dos processos de convivência mútua, que não se interrompe mesmo após a supremacia técnico-científica da modernidade.

Esta memória a que fazemos referência, como reserva de saberes e experiências que constroem a paisagem na perspectiva de valorização do endógeno e na direção das forças centrípetas de organização territorial é, essencialmente, uma memória geo-bio-cultural, balizadora de metabolismos socioecológicos de elevada sustentabilidade e resiliência, uma vez que os arranjos técnico-institucionais derivados de tais forças se baseiam em um conjunto de princípios similares àqueles que organizam o funcionamento da natureza: a diversidade, a natureza cíclica dos processos, a flexibilidade adaptativa, a interdependência e os vínculos associativos e de cooperação.

A amarração desta memória na materialidade do espaço-tempo em que a paisagem é construída e transformada, todavia, é dada por uma quarta e transversal dimensão, que é a memória afetiva, o grande referencial do agir humano no espaço relacional da construção do conhecimento e da identidade no território (MATURANA, 2002). Portanto, se a nossa forma de intervenção sobre a paisagem depende da memória geo-bio-cultural que carregamos, e esta, por sua vez, depende dos acoplamentos integrativos com os outros indivíduos e com o meio (*op.cit.*), então, nos parece razoável aceitarmos que a consciência histórica que baliza as formas de organização do espaço representa uma característica que vai além do fenômeno humano, enraizando-se em um complexo jogo coevolutivo que se deriva do “viver com”.

A MEMÓRIA E A CULTURA COMO MECANISMOS DE RESILIÊNCIA NAS PAISAGENS GEO-BIO-CULTURAIS

Considerando todas as formas de expressão compreendidas por uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza representam uma das dimensões mais importantes, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o território vivido, e que são guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo. Sem tais experiências acerca do comportamento do clima, das características dos solos, da etologia das plantas e dos animais, certamente que a sobrevivência dos grupos humanos não teria se dado na forma e na intensidade como se deu.

Este conjunto de experiências vividas pelos indivíduos e guardadas na memória da espécie a partir das consciências históricas comunitárias (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015) representa os saberes ambientais, problematizando a articulação das espacialidades e temporalidades de diferentes processos naturais e sociais (LEFF, 1998) que são transmitidos de geração em geração e compreendem os conhecimentos

imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza.

Estes saberes ambientais formam uma complexa síntese acerca das estruturas naturais e suas relações e dinâmicas ecológicas, compreendidas aí a sua variabilidade e tendências ao longo do tempo. Por esta razão, a natureza é profundamente observada e respeitada, na perspectiva de uma força de vida impossível de controlar, mas que, ao mesmo tempo, é fundamental para a existência e a sobrevivência humana. Assim, natureza e cultura são dimensões indissociáveis da construção dos saberes ambientais, os quais se baseiam nas experiências que ocorrem nas circunstâncias locais, mediadas pelas regras sociais de cada lugar.

Por isso podemos afirmar que os saberes ambientais são sistemas de conhecimento holísticos, cumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem a partir das experiências locais transgeracionais em constante processo de adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas (LEFF, 2016). Este conhecimento experiencial e cumulativo assume, na sua integridade, o papel de “*uma teoria social ou (...) uma epistemologia local sobre o mundo circundante*” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.138).

Portanto, na dimensão histórica da inserção dos seres humanos na paisagem, o conhecimento a partir do qual um dado indivíduo toma as suas decisões e organiza o seu espaço, constitui a síntese de pelo menos três grandes dimensões espaço-temporais: i) a experiência historicamente acumulada pela humanidade e transmitida de uma geração à outra por diferentes meios; ii) a experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma comunidade; iii) a experiência pessoal e particular do próprio indivíduo e sua família, adquirida pela interação direta com a diversidade das estruturas e a variabilidade da dinâmica da natureza naquela dada paisagem. Isto faz com que a ação humana sobre a natureza reflita um processo longo e multiescalar de acumulação, transmissão e aperfeiçoamento de conhecimentos ao longo da história (figura 5). Para Toledo e Barrera-Bassols (2015), “*no longo prazo, essa memória coletiva circunscrita à identidade de cada povo ou lugar se torna uma memória da espécie quando se generaliza e se visualiza como mais uma variação de uma lembrança geneticamente compartilhada*” (p.95).

Muito mais do que o conhecimento objetivo da realidade, onde a compreensão dos elementos independe do valor que a eles se agrega, esta espiral de conhecimentos que resulta na formação da memória coletiva da espécie, lança mão especialmente da sabedoria dos indivíduos, ou seja, do conhecimento adquirido por familiaridade com os elementos da realidade, onde os valores, tanto quanto a objetivação dos fatos resulta na unidade da experiência vivida por ele, produzindo conhecimento por meio do reconhecimento da repetição de irregularidades no tempo. (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015)

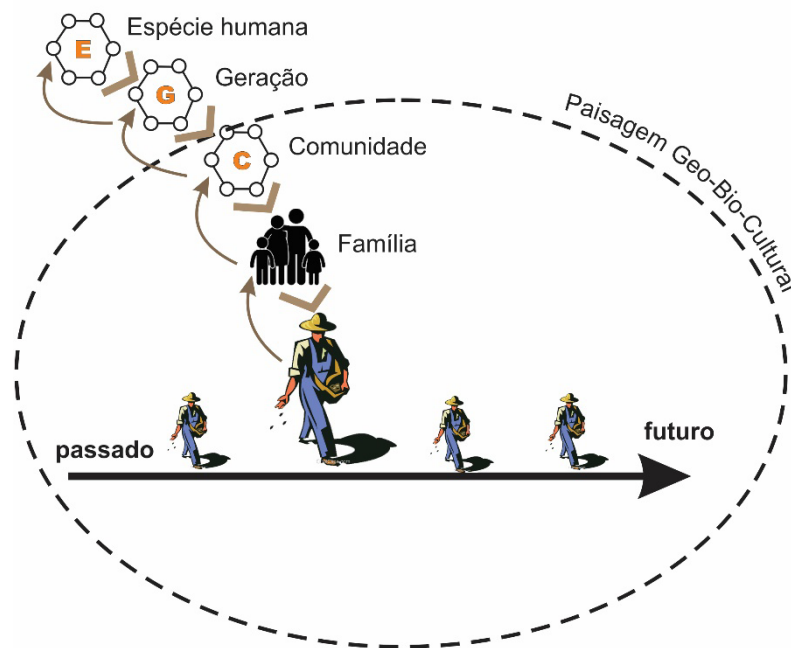


Figura 5- Dimensões espaço-temporais da ação e retroação humana sobre a paisagem a partir de um conjunto de experiências e conhecimentos historicamente acumulados e transferidos de uma geração à outra.

Fonte: Adaptado de Toledo e Barrera-Bassols (2015)

Embora indispensável para a explicação e generalização das leis que governam o comportamento das paisagens, o reducionismo do pensamento positivista que fragmenta e descontextualiza não permite uma aproximação com a complexidade das múltiplas formas de conhecer e significar, que somente a sabedoria permite desenvolver. Assim, enquanto o conhecimento científico tem sido orientado no sentido de garantir a ampliação das forças produtivas que mercantilizam (e, não raro, destroem) a paisagem, a sabedoria das comunidades que vivem e exploram estas paisagens de forma sustentável tem servido para sustentar uma atitude permanente de resistência local contra os modelos exógenos de dominação introduzidos pelos agentes que constroem e aplicam o conhecimento científico (NOVO, 2007).

A prática científica positivista, ao buscar construir um metarelato acerca dos mecanismos de funcionamento da natureza, esbarra nos limites da inevitável transferência do conhecimento a contextos distintos daquele em que foi produzido (MORIN, 2008), desarticulando a unidade entre conhecimento e prática e ampliando o potencial de risco de perdas por desconectar os produtores e os usuários deste conhecimento universal. Neste sentido, *“a perda da diversidade significa a extinção da experiência biológica e cultural, implica a erosão do ato de descobrir e a redução da criatividade”* (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.236).

Já a sabedoria desenvolvida pelas comunidades a partir de uma permanente proximidade com as particularidades de uma natureza diversa, constrói estratégias criativas de produção que reduzem o risco e aumentam a capacidade de resiliência ao criarem, manterem e, até mesmo, ampliarem a complexidade geográfica e

ecológica do território, a partir de uma racionalidade orientada para a dissipação dos distúrbios. Esta racionalidade não se constitui a partir de uma herança hermética de conhecimento passado, mas sim a partir de desenhos inovadores alimentados por redes sociais que estabelecem trocas internas e externas ao sistema da paisagem. Assim, os mecanismos de inovação e a adaptação, tão próprios a estes sistemas geo-bio-culturais, são processos dinâmicos e contextualizados em aspectos culturais particulares no espaço e no tempo, que oferecem aos sujeitos deste processo um sentido de pertencimento ao território.

REFERÊNCIAS

BERTRAND G., BERTRAND C. **Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités**. Paris: Editions Arguments. 2002.

BRAILOVSKY, A.E. **Historia ecológica de iberoamerica. De los Mayas al Quijote**. Buenos Aires: capital Intelectual, 2006.

BRUNSDEN, D.; THORNES, J.B. **Landscape Sensitivity and Change**. Transactions of the Institute of British Geographers, London, n. 4, p. 463-484, 1979.

CAMPELO, A. **A paisagem. Introdução a uma gramática do “espaço”**. Guimarães: UMINHO, 2013.

CANTERO, N.O. Naturaleza y Cultura em la Visión Geográfica Moderna del Paisaje. In : ORTEGA, N. (Org.) **Naturaleza y Cultura del Paisaje**. Madrid: UAM/ Fundación Duques de Soria, 2004, p. 9-35.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço. Os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica. A árvore, o animal e o homem**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FIGUEIRÓ, A.S. Mudanças ambientais na interface floresta-cidade e riscos associados: uma análise a partir dos sistemas dissipativos. In: GUIMARÃES, S.T.L.; CARPI Jr., S.; BERRÍOS, M.B.R. **Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais**. Rio Claro: IGCE/UNESP/RIO CLARO, 2012. P. 226-255.

FIGUEIRÓ, A.S. Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos. **Revista Geonorte**, Edição Especial, 4 (4): 57 – 77, 2012_a.

FIGUEIRÓ, A.S.; VIEIRA, A.A.B.; CUNHA, L.C. Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. **CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro (SP), Vol.8, n.1, p.49-81, 2013.

FIGUEIRÓ, A.S. Para uma compreensão dialética da paisagem cultural na Geografia: reflexões a partir da transformação da natureza por comunidades tradicionais peruanas. In: PIMENTA, M.A.; FIGUEIREDO, L.C. (orgs.) **Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens**. Florianópolis: UFSC, 2014. P.257-292.

HONG, S.K. Philosophy and Background of Biocultural Landscapes. In: HONG, S.K.; BOGAERT, J.; MIN, Q. (Eds.) **Biocultural Landscapes. Diversity, Functions and Values**. London: Springer, 2014. P.1-8

KUZMINA, E. E. Origins of pastoralism in the Eurasian steppes. In: LEVINE, M.; RENFREW, C.; BOYLE, K. **Prehistoric steppe adaptation and the horse**. Cambridge: McDonald Institute, 2003. pp.

203–232.

LEFF, E. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LEFF, E. **A aposta pela vida. Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul.** Petrópolis: Vozes, 2016.

LEITE, M.A.F.P. **Destrução ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização.** São Paulo: Hucitec, 2006.

LINDMAN, C. A. M.; FERRI, M.G. **A vegetação no Rio Grande do Sul.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

MAKHZOUMI, J.; TALHOUK, S.; ZURAYK, R.; SADEK, R. Landscape Approach to Bio-Cultural Diversity Conservation in Rural Lebanon. In: TIEFENBACHER, J. (Ed.) **Perspectives on Nature Conservation – Patterns, Pressures and Prospects.** Rijeka (Croatia): In Tech, 2012. P.179-198.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, R.H. **De máquinas e seres vivos, autopoiese: a organização do vivo.** Porto Alegre: ARTMED, 2002.

MENEGAT, R. O DNA da paisagem. In: PAIVA, Z. **Expedição Natureza Gaúcha.** São Paulo: Metalivros, 2008.

MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **GEOgraphia**, Vol. 6, n. 11, p.109-117, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MUÑOZ, J. Paisaje y Geossistema. Una aproximación desde la Geografía física, In: MARTÍNEZ DE PISÓN, E. (Ed.). **Paisaje y Medio Ambiente.** Valladolid: Fundación Duques de Soria, 1998. p. 45-56.

NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa.** Madrid: McGraw Hill, 2007.

PRICE, E. O. Behavioral aspects of animal domestication. **The Quarterly Review of Biology**, Vol. 59, nº 1, p.1-32, 1984.

RIETH, F. **Inventário Nacional de Referências Culturais – lidas campeiras na região de Bagé/RS.** Vol.1. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

ROMERO, A.G. JIMÉNEZ, J.M. **El paisaje en el ámbito de la Geografía.** México: Instituto de Geografía – Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysages. Bilan et méthodes.** Paris: Armand Colin, 1991.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1999.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. P. 12-74.

THOMAS, D.S.G.; ALLISON, R.J. **Landscape sensitivity.** Chichester: John Wiley & Sons, 1993.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ZARTH, P. A; GERHARDT, M. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A (org.). **Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2009. P.249-295.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-79-6

